

Nova economia de projeto e Complexo Econômico Industrial de Saúde: de Shenzhen ao Brasil

Nueva economía del proyectamiento y Complejo Económico Industrial de la Salud: de Shenzhen a Brasil

New Projectment Economy and the Health Industrial Economic Complex: From Shenzhen to Brazil

Theófilo Machado Rodrigues

Professor Substituto no Departamento de Ciência Política da UFRJ. Mestre em Ciência Política pela UFF e Doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio. E-mail: theofilomachadorodrigues@gmail.com.

André Victor Mendes Rosa

Doutorando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela UFF (PPGEST-UFF). Mestre em População, Território e Estatísticas Públicas pela ENCE-IBGE. Graduado em Geografia pela FFP-UERJ. E-mail: andrevictorgeo@gmail.com.

Submetido em: 05 ago. 2024

Aprovado em: 19 nov. 2024



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

Resumo

A República Popular da China tem desenvolvido aquilo que a literatura especializada convencionou chamar de nova economia de projetamento. O presente artigo argumenta que a noção de Complexo Econômico-Industrial de Saúde (CEIS) desenvolvida no Brasil, em particular no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, pode ser interpretada como uma forma embrionária de nova economia de projetamento. A partir de uma pesquisa exploratória, o artigo conclui que uma nova economia do projetamento no país é possível se houver a reprodução da estratégia do CEIS em outros setores econômicos.

Palavras-chave: Nova economia de projetamento; Complexo Econômico Industrial de Saúde; China.

Resumen

La República Popular China ha desarrollado lo que la literatura especializada llama una nueva economía del proyectamiento. Este artículo sostiene que la noción de Complejo Económico-Industrial de Salud (CEIS) desarrollada en Brasil, particularmente durante el gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva, puede interpretarse como una forma embrionaria de una nueva economía de proyectamiento. Con base en una investigación exploratoria, el artículo concluye que una nueva economía de proyectamiento en el país es posible si la estrategia CEIS se reproduce en otros sectores económicos.

Palabras clave: Nueva economía del proyectamiento; Complejo Económico Industrial de Salud; China.

Abstract

The People's Republic of China developed what the specialized literature has conventionally called a new projectment economy. This article argues that the Health Industrial Economic Complex (HEIC) developed in Brazil, particularly during the government of Luiz Inácio Lula da Silva, can be interpreted as an embryonic form of a new projectment economy. Based on exploratory research, the article concludes that a new projectment economy in the country is possible if the HEIC strategy is replicated in other economic sectors.

Keywords: New projectment economy; Health Economic-Industrial Complex; China.

Introdução

Em abril de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou em Minas Gerais, ao lado das ministras Nísia Trindade e Luciana Santos, uma nova fábrica da empresa de biomedicamentos Biommm. A empresa será responsável pela retomada da produção de insulina em território nacional. Trata-se de um medicamento essencial para o controle da diabetes, doença crônica que atinge cerca de 10% da população brasileira. A planta industrial inaugurada pelo governo Lula tem 12 mil metros quadrados de área construída e deve criar 300 empregos diretos e 1,2 mil indiretos.

Para sua efetivação, o Estado brasileiro ofereceu um vultoso crédito por meio da Financiadora de Estudos e Projetos, Finep, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, BDMG. O investimento nessa nova fábrica de biomedicamentos faz parte da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde que o governo federal lançou em 26 de setembro de 2023 (Brasil, 2023).

O presente artigo argumenta que essa notícia, que passou sem muito alarde pela imprensa, merece maior atenção por duas razões principais. Em primeiro lugar, pois representa um passo importante para a construção de um Complexo Econômico-Industrial de Saúde, CEIS, no país. Em segundo lugar, por apontar na direção embrionária de uma nova economia de projeto que seja capaz de impulsionar a soberania nacional e o bem-estar humano. Assim, o objetivo geral deste trabalho é investigar a possível conexão entre o conceito de nova economia de projeto e o CEIS. A questão que se apresenta é: poderia ser o CEIS a possível gênese de uma nova economia de projeto no Brasil?

O artigo está estruturado em três seções. A primeira apresenta o conceito de nova economia de projeto formulado por Jabbour e Gabriele (2021) e a experiência em desenvolvimento na China, em particular na zona especial de Shenzhen, onde a transformação digital potencializou empresas de telecomunicações como a Huawei, entre outras. A segunda seção discute a noção de Complexo Econômico-Industrial de Saúde, o CEIS, desenvolvida por pesquisadores da Fiocruz (Gadelha, 2003; Gadelha e Temporão, 2018) e que orienta algumas das políticas públicas do terceiro governo Lula. Por fim, a terceira seção propõe uma interpretação que articule o Complexo Econômico-Industrial de Saúde como potencial dimensão embrionária de uma nova economia de projeto no país.

A nova economia de projeto na China

O conceito de economia de projeto surgiu em fins da década de 1950 na obra do economista brasileiro Ignácio Rangel, mais precisamente em *Elementos de economia do projeto*, obra de 1959. Esse livro foi o resultado de um curso ministrado por Rangel no início de 1959, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia. Orientado por um método histórico e dialético e influenciado por Keynes e Marx, Rangel pode ser considerado "o analista mais original do desenvolvimento econômico brasileiro" (Bresser-Pereira; Rêgo, 1993, p. 272) ou mesmo "o mais original pensador econômico brasileiro do século XX" (Castro; Bielschowsky; Benjamin, 2014, p. 528).

Observador da economia política da então União Soviética, Rangel percebeu que havia ali um progresso técnico com caráter e estratégia socializantes. Isso significa dizer que não era a financeirização orientada pelo mercado a chave daquela economia política, mas sim a produção de bem-estar humano. O declínio da União Soviética, contudo, levou ao fim a primeira experiência da economia de projeto.

Intérprete de Rangel, Elias Jabbour foi buscar no conceito rangeliano de economia de

projetamento um instrumento teórico para compreender o socialismo de mercado chinês do século XXI. Como o modelo chinês é qualitativamente diferente do soviético, Jabbour preferiu defini-lo como uma “nova economia de projetamento”. Nas palavras de Jabbour e Gabriele (2021, p. 241), “o projetamento (razão, “governo baseado na ciência”) é a antítese da irracionalidade capitalista e do fetichismo do homem sobre si mesmo”.

Essa “nova economia de projetamento” em desenvolvimento na China está alicerçada no controle governamental sobre as finanças – soberania monetária e sistema financeiro estatal -, na indução estatal da economia por meio de parcerias com o setor privado e na busca incessante pela absorção e inovação das tecnologias de fronteira.

Mas o que significa exatamente a economia de projetamento? Este conceito foi uma tentativa exitosa e eclética de construir uma teoria mais robusta que compreendesse as transformações tanto no capitalismo quanto na economia planificada soviética ao final da década de 1950. Na obra *Elementos da Economia do Projetamento*, Rangel aborda a evolução das novas formas de produção e, principalmente, de planejamento econômico. O Projetamento é descrito como um modo de produção que abrange tanto a micro quanto a macroeconomia, colocando a utilidade no centro da problemática, sendo o custo e o benefício suas categorias fundamentais (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020).

A utilidade se torna a nova base para o cálculo econômico, com o plano e o projeto como seus principais meios. Este modo de produção é guiado pelo materialismo, sendo palpável e racional, e isento de dogmatismo, voltado tanto para a construção de valores de uso quanto para a criação de riqueza a ser usufruída socialmente. Segundo Rangel (2005, p. 367), “a missão do projetamento econômico consiste em encontrar a denominação comum para os dois termos da razão benefício/custo sob o ponto de vista econômico”.

A “Economia do Projetamento” de Rangel é um instrumento do Estado guiado pela razão e pela ciência em todos os aspectos possíveis. Essa razão é sintetizada no projetamento como sua utilização máxima, resultando na produção de utilidades e na melhoria da qualidade de vida da população. Assim, a missão do projetamento econômico busca a convergência racional do custo e do benefício sob a perspectiva econômica, sendo a riqueza a qualidade que certas coisas têm de serem úteis à sociedade humana (Rangel, 2005). Como bem sugere Cruz (1980, p. 145), “Rangel atribui grande importância na atividade de planejamento, à elaboração de projetos específicos. Ou seja, uma vez selecionados os setores a desenvolver, a tarefa seguinte consiste na preparação de projetos detalhados de cuja análise conjunta surgirá e escala de prioridade”.

Embora os países capitalistas também utilizem o planejamento de projetos, tarefas como o *catching up* tecnológico¹ - a busca de países em desenvolvimento por riquezas para alcançar o nível dos desenvolvidos - e a complexa tarefa de planificar a economia em larga escala, devido à necessidade de gerar 13 milhões de empregos anuais (Jabbour, 2010), são desafios inéditos em termos de complexidade e envergadura na China. Aproximadamente 2 milhões de engenheiros de projetos trabalham continuamente para planejar a incerteza keynesiana, promovendo o pleno emprego e buscando soluções de *catching up*².

Para Motta (2012), a incerteza e o processo de tomada de decisões sob incerteza são cruciais na visão de Keynes. Gestores da riqueza, sem informações objetivas sobre o futuro, formam subjetivamente expectativas sobre eventos e precisam conferir algum grau de crença a essas expectativas. Diante da incerteza, os agentes econômicos se fixam em convenções. Para

¹ Por *catching up* compreendemos “a capacidade de centros secundários de absorver técnicas e conhecimentos gerados nos centros líderes, de forma a permitir que aqueles “alcancem” os níveis de produtividade destes e, portanto, reduzam o hiato tecnológico (e de desenvolvimento econômico) que os separa” (Lemos et al, 2006, p. 96).

² Sobre o *catch-up* tecnológico da China no setor de telecomunicações, conferir Moreira (2023).

Keynes, sob incerteza densa, o senso comum premia a convenção contra a ousadia: é melhor errar com a maioria do que acertar contra ela.

Na China, a superação da incerteza keynesiana é fruto do domínio público sobre os elementos fundamentais da produção e financiamento, como os 96 Grandes Conglomerados Empresariais Estatais e os 30 bancos públicos de desenvolvimento, além da soberania monetária (Jabbour, 2020). Novos arranjos e desenvolvimentos institucionais, financeiros e produtivos são necessários. Essa economia, gestada pelo poder político do Partido Comunista Chinês, opera com novas ferramentas, sendo o projeto um elemento central ao planejamento.

Como destacou Jabbour (2020), teoria e história são elementos inseparáveis. O projetamento é uma teoria e prática que se alimenta com as soluções às questões históricas colocadas aos planejadores e projetistas chineses. Impossível seria essa abordagem surgir nos EUA ou no Brasil. Pois a teoria emerge onde contradições candentes demandam novas soluções, novas sínteses. E a China é esse lugar.

A proximidade com Hong Kong e a necessidade do "convite à mudança", em que os efeitos de cada projeto são globais e específicos (Rangel, 2005, p. 378), levou o Partido Comunista Chinês a escolher Shenzhen para iniciar a abertura ao investimento estrangeiro direto. Shenzhen é hoje um importante centro financeiro e de manufaturas, abrigando grandes empresas que utilizam tecnologias avançadas comercializadas por *startups* a preços acessíveis.

Desde o início da Reforma e Abertura, Shenzhen transformou-se de uma pequena vila de pescadores para uma cidade global com uma das maiores economias de inovação, hardware e empresas multinacionais. É a terceira cidade mais rica da China, atrás apenas de Xangai e Pequim. Desde que foi oficializada como a primeira Zona Econômica Especial, ZEE, da China, em 1979, tornou-se sede de empresas de tecnologia como Tencent, Huawei, DJI, Makeblock, BYD, BXD Machining, Hytera, Foxconn e ZTE.

Além de ser um centro de tecnologia e inovação, Shenzhen é estrategicamente utilizada para outros objetivos nacionais chineses, como a conexão com a ordem capitalista global e seus mercados, além do processo de reunificação do território chinês. A proximidade geográfica fez de Shenzhen um ponto crucial para recuperar Hong Kong, que esteve sob domínio britânico desde a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) até 1997.

Shenzhen, além de ser a primeira ZEE, destacou-se como o experimento mais bem-sucedido da Reforma e Abertura, tornando-se uma referência em inovação, tecnologia, desenvolvimento econômico e capital humano (Du, 2020; Lindtner, 2020). Em 1986, já era evidente a convergência econômica entre a província de Guangdong e Hong Kong. Subsequentemente, a costa da República Popular da China (RPC) atraiu investimentos produtivos de chineses ultramarinos, que representaram 63% dos investimentos estrangeiros diretos no país em 2003. Esse fluxo econômico foi um impulsionador da ideia de reunificação nacional da RPC (Jabbour, 2020, p. 23).

O desenvolvimento de Shenzhen foi crucial para o sucesso da experiência das ZEEs na RPC e para o surgimento do Socialismo de Mercado. O êxito de Shenzhen permitiu que o fenômeno das ZEEs se expandisse não apenas ao longo da costa, mas também para outras partes da RPC, inaugurando uma nova fase do socialismo. Isso ocorreu em um período em que a URSS enfrentava estagnação e declínio nas décadas de 1970 e 1980, culminando no seu colapso em 1991 (Fernandes, 2020; Jabbour, 2022).

Outro ponto de destaque é que a governança chinesa escolheu Shenzhen como uma das 13 cidades piloto para incentivar políticas de sustentabilidade, como a utilização de frotas de ônibus elétricos em 2009 (Antunes, et al., 2020). Dados de 2017 mostram que a frota de ônibus elétricos de Shenzhen, composta por 16.359 veículos, é a maior do mundo, superando cidades como Chicago, Toronto, Nova Iorque, Nova Jersey e Los Angeles. A cidade possui 26 estações de recarga, e cada ônibus elétrico percorre cerca de 147 km por dia, podendo circular

até 200 km. A adoção desses ônibus não só contribuiu para a redução da emissão de gases poluentes, mas também gerou economia, permitindo a diminuição do custo dos carros e ônibus elétricos.

Atualmente, todos os ônibus em Shenzhen são elétricos. Segundo a Comissão de Transporte de Shenzhen, essa frota reduz o consumo de óleo combustível em 345 mil toneladas e evita a liberação de 1,35 milhão de toneladas de dióxido de carbono (Lin et al., 2019). As políticas de desenvolvimento de Shenzhen, que transformaram a antiga vila de pescadores dos anos 1970 em uma Cidade Inteligente, refletem as estratégias do governo chinês. O PCCh, que detém o poder político, promoveu a implementação de estratégias de inovação, conhecimento, energia limpa e difusão de tecnologia para o benefício da população.

Shenzhen é um modelo de cidade inteligente, combinando gestão eficiente do espaço urbano com o uso de tecnologias modernas e sustentabilidade, elevando a qualidade de vida de seus residentes. Para alcançar esse salto qualitativo no campo econômico, tanto a política de Reforma e Abertura quanto a criação das ZEEs foram fundamentais para o novo patamar de desenvolvimento da China. Nas ZEEs, o incentivo ao crescimento econômico por meio da inovação foi um fator primordial para esta nova fase da RPC. Dessa forma, Shenzhen se tornou uma ZEE com empresas reconhecidas internacionalmente, como a BYD, a Tencent e, especialmente, a Huawei, que lidera o setor de telecomunicações globalmente (Carvalho, Gala; 2020).

Desde 1995, a administração municipal de Shenzhen incentivou inovações tecnológicas e o desenvolvimento de tecnologias avançadas com o objetivo de modernizar a capacidade produtiva da cidade e transferir novas tecnologias para as indústrias correlatas. Com anos de estímulos, as indústrias de alta tecnologia em Shenzhen se expandiram rapidamente, transformando a cidade em um dos principais centros de desenvolvimento da indústria de alta tecnologia na República Popular da China.

O governo também investiu pesadamente em infraestrutura, construindo portos modernos, rodovias, ferrovias e outras instalações de transporte que facilitaram o comércio e a logística em Shenzhen. Essa infraestrutura foi vital para atrair investimentos e conectar Shenzhen com os mercados nacionais e internacionais (Gala, 2023). Além disso, o governo chinês promoveu parques industriais e áreas de inovação em Shenzhen, focando em setores de alta tecnologia, como eletrônicos, telecomunicações e biotecnologia (Gala, 2023).

Mais de 95% da população da cidade é composta por migrantes (Lindtner et al, 2015, p. 7). O setor de tecnologia de Shenzhen cresceu a partir da interseção de dois fluxos iniciais: os empreendedores tecnológicos de Taiwan, envolvidos na indústria dos primeiros chips, que buscaram aproveitar a abertura econômica da China e os primeiros experimentos com as ZEEs (Lindtner et al, 2015, p. 7). Esse fluxo de capital impulsionou um grande movimento interno em toda a RPC, com uma vasta "população flutuante" se deslocando para as cidades costeiras em busca de trabalho (Lindtner et al, 2015, p. 7).

O epicentro da inovação em Shenzhen é Huaqiangbei, um distrito com mais de vinte shoppings de eletrônicos em mais de 21 milhões de metros quadrados (Geromel, 2019, p. 219). Com o apoio da SEG e Huaqiang, dezenas de mercados surgiram em Huaqiangbei, espalhando a indústria eletrônica por toda a área. Atualmente, mais de vinte shopping centers estão localizados no distrito, que se expande por mais de 70 milhões de metros quadrados de área de negócios (Lantau, 2023).

Além de ser sede de inúmeras *startups*, Shenzhen abriga gigantes da tecnologia e se transformou em um centro de inovação e desenvolvimento, indicando que outras empresas renomadas surgirão na cidade. Conhecida como o "Vale do Silício Chinês", Shenzhen atrai cientistas de diversos países, graças às inúmeras empresas de alta tecnologia que operam na cidade. Devido à sua força econômica, dados alfandegários locais mostram um aumento

notável de 13,6% nas exportações de Shenzhen, atingindo 2,2 trilhões de yuans (US\$ 313 bilhões) nos 11 meses findos em 30 de novembro, contribuindo para um aumento robusto de 6,3% no comércio internacional, totalizando 3,5 trilhões de yuans (China2Brazil, 2023). A indústria eletrônica, um setor chave de Shenzhen, registrou um aumento de 7,9%, alcançando 1,6 trilhão de yuans entre janeiro e novembro, representando 73% do volume total de exportações da cidade (China2Brazil, 2023).

Esses dados evidenciam o impacto positivo no crescimento e desenvolvimento econômico e tecnológico de Shenzhen, onde a indústria eletrônica e de alta tecnologia desempenham um papel crucial. Shenzhen começou seu crescimento, em grande parte, por meio de investimentos externos diretos de Hong Kong, que na época era industrializada. A cidade tornou-se o "Vale do Silício da China" e superou a renda *per capita* do experimento liberal mais bem-sucedido do pós-guerra, Hong Kong, cidade vizinha no Delta do Rio Pérola (Carvalho, Gala, 2020, p. 79).

O impacto de uma economia voltada para a construção e planejamento de grandes projetos tem na cidade chinesa de Shenzhen um dos seus maiores exemplos. A construção de um grande setor produtivo possibilita o surgimento de capacidades estatais que geram valores de uso para a sociedade chinesa, como ciência, tecnologia, uso de veículos elétricos, além do uso do território para finalidades geoestratégicas, como a recuperação de Hong Kong para o controle da China, em 1997. A grande capacidade de planejar e executar grandes projetos permitiu que Shenzhen emergisse como um polo de desenvolvimento, exemplificando como a inovação e o planejamento estratégico podem transformar uma cidade e, por extensão, contribuir para o progresso de uma nação inteira.

O Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) no Brasil

Esse modelo de desenvolvimento chinês baseado em uma nova economia de projetamento poderia ser aplicado no Brasil? Poderia, mas não sem que antes houvesse mudanças estruturais na sociedade e no Estado brasileiro. Seja como for, partimos da hipótese de que já há no Estado brasileiro uma iniciativa que pode vir a ser um germe de organização de uma futura nova economia de projetamento no país: a noção de Complexo Econômico-Industrial da Saúde, CEIS. O conceito de CEIS começou a ganhar forma no Brasil no início dos anos 2000 em diversos trabalhos desenvolvidos na Fiocruz pelo pesquisador Carlos Augusto Grabois Gadelha. Para Gadelha (2003, p. 523),

o complexo industrial da saúde pode ser delimitado como um complexo econômico, [...], a partir de um conjunto selecionado de atividades produtivas que mantêm relações intersetoriais de compra e venda de bens e serviços (sendo captadas, por exemplo, nas matrizes de insumo-produto nas contas nacionais) e/ou de conhecimentos e tecnologias.

Por um lado, esse complexo industrial de saúde constitui "um espaço importante de inovação e de acumulação de capital, gerando oportunidades de investimento, renda e emprego – ou seja, constitui um *locus* essencial de desenvolvimento econômico". Por outro, esse complexo "requer uma forte presença do Estado e da sociedade para compensar as forças de geração de assimetrias e de desigualdade associadas à operação de estratégias empresariais e de mercado" (Gadelha, 2003, p. 523).

Não é por acaso que essa concepção tenha surgido entre 2002 e 2003. A década de 1990 ficou marcada no Brasil pela ascensão do neoliberalismo. Naqueles anos de governo Fernando Henrique Cardoso, a ideia vitoriosa era a de que ao Estado caberia no máximo a regulação da saúde – vide a criação em 1999 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, e em 2000 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a ANS. Claro, havia iniciativas como a Política Nacional de Medicamentos, de 1998, mas ainda era muito incipiente.

A eleição de Lula, em 2002, demarcou uma pequena virada nesse projeto, com uma maior percepção sobre a necessidade do papel do Estado na economia. De certo modo, essa noção do Complexo Industrial de Saúde como articulador do mercado e do Estado na indução do setor condizia com aquele espírito do tempo. Foi assim que surgiu, em 2004, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. O CEIS começava a ganhar musculatura com o primeiro governo Lula.

Foi também em 2004 que o governo federal começou a construir em Pernambuco a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, a Hemobrás. Essa empresa estatal vinculada ao Ministério da Saúde tem por objetivo garantir aos pacientes do Sistema Único de Saúde, o SUS, o fornecimento de medicamentos derivados do sangue e/ou obtidos por meio de engenharia genética, com produção nacional.

Com o segundo governo Lula (2007-2010), em particular com a entrada de José Gomes Temporão como ministro da Saúde, o CEIS recebeu maior atenção do Poder Público. Parceiro de Gadelha na Fiocruz, Temporão instituiu em 2008 o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde no âmbito do Ministério da Saúde. Um marco histórico dessa gestão de Temporão foi a quebra da patente – primeira e única vez na história nacional – do medicamento Efavirenz utilizado no tratamento da Aids.

Infelizmente, muito do que estava em processo de construção do CEIS se perdeu com os governos neoliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro³. Agora, com o início do terceiro governo Lula, em 2023, o investimento no CEIS não apenas voltou como parece ter tido um salto qualitativo. O primeiro passo foi a nomeação da presidenta da Fiocruz, Nísia Trindade, como nova ministra da Saúde e de Carlos Gadelha como Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde. Em seguida, veio a assinatura do Decreto 11.464 de 3 de abril de 2023 que criou o Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde – Geceis, no âmbito do Ministério da Saúde⁴. Como resultado dos trabalhos do Geceis, o presidente Lula assinou em 26 de setembro de 2023 o Decreto 11.715 que instituiu a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, CEIS (Brasil, 2023).

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do CEIS pretende destinar até 2026 cerca de R\$ 42 bilhões ao setor Saúde. Estão previstos R\$ 9 bilhões em investimentos pelo Novo PAC, R\$ 6 bilhões pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, e R\$ 4 bilhões pela Financiadora de Estudos e Projetos, a Finep. Já o setor privado deve fazer um aporte de cerca de R\$ 23 bilhões⁵.

É esse o contexto em que se insere a nova fábrica de insulinas em Minas Gerais inaugurada por Lula. Não se trata somente de uma mera fábrica de medicamentos. Trata-se efetivamente de uma peça estratégica para o projeto de soberania nacional em que está inserido o CEIS. E

³ Sobre a agenda neoliberal do governo Bolsonaro, ver Silva e Rodrigues (2021).

⁴ Decreto n.º 11.464, de 3 de abril de 2023: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11464.htm

⁵ Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=governo-federal-lanca-estrategia-nacional-para-o-desenvolvimento-do-complexo-economico-industrial-da-saude-com-investimento-de-r-42-bilhoes-ate-2026>

o próprio CEIS poderia ser visto de forma também estratégica como uma peça para uma futura nova economia de projeto no país.

Considerações finais: Da produção de insulina à nova economia de projeto?

O fato de o Brasil passar a produzir insulina em território nacional não significa que uma nova economia de projeto esteja em curso no país. O Brasil ainda é o paraíso da financeirização neoliberal – a autonomia do Banco Central que garante a independência da política econômica em relação ao Poder Público e sua dependência em relação ao mercado financeiro é a maior prova disso (Rodriguez, 2024). Ademais, o papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico ainda está muito aquém do necessário para a soberania nacional.

Todavia, essa constatação não deve nos impedir de observar germes nascentes do que poderia vir a ser uma nova economia de projeto no país. Sob esse registro, o CEIS é uma engrenagem estratégica para a implementação dessa nova economia política. É bem verdade que “a perspectiva política do CEIS vincula-se a matriz keynesiana”, como bem argumentam Gadelha e Temporão (2018). Mas ela pode oportunizar um salto qualitativo se for articulada com outras iniciativas de governança pública. Reproduzir a lógica do CEIS em outros setores da economia – bioeconomia, transição energética, telecomunicações, semicondutores e outros – ao mesmo tempo em que amplia a capacidade de financiamento estatal e a soberania monetária é condição *sine qua non* para a construção de uma sociedade que seja governada pela razão e pela ciência, e não pela anarquia do capital. Claro, isso só será possível com uma mudança prévia no poder político e uma consequente alteração na correlação de forças no país.

Referências

ANTUNES, Verônica Nascimento Brito; DOS SANTOS SILVA, Jacilene; DO CARMO HERMIDA, Camila. Metrópole chinesa inteligente de Shenzhen: lições para mobilidade urbana. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 244-257, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347700324_Metropole_chinesa_inteligente_de_Shenzhen_licoes_para_mobilidade_urbana. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 11.715, de 26 de Setembro de 2023**. Institui a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11715.htm Acesso em: 04. Ago. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; RÉGO, J. M.. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 13, n. 2, p. 272–294, abr. 1993.

CARVALHO, André Roncaglia de; GALA, Paulo. **Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso**. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

CASTRO, M. H. M. DE .; BIELSCHOWSKY, R.; BENJAMIN, C.. Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 34, n. 4, p. 527–543, out. 2014.

CHINA2BRAZIL. Shenzhen continua na vanguarda das exportações por 31 anos: eletrônicos e empresas privadas impulsionam o crescimento sustentado. **China2Brazil**. 2023. Disponível em: <https://china2brazil.com.br/shenzhen-vanguarda-exportacoes-31-anos-empresas-impulsionam-crescimento-sustentado/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Ignácio Rangel, um pioneiro: o debate econômico do início dos anos sessenta. **Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas**. Campinas-SP: UNICAMP, 1980.

DU, Juan. **The Shenzhen experiment**: the story of China's instant city. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2020.

FERNANDES, Luís. **A Revolução Bipolar**: a gênese e derrocada do socialismo soviético. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2017.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. *Cien Saude Colet*, 8(2):521-535, 2003.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; TEMPORÃO, José Gomes. Desenvolvimento, Inovação e Saúde: a perspectiva teórica e política do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1891–1902, jun. 2018.

GALA, Paulo. As ações do governo chinês para criar o incrível sucesso de Shenzhen. **Paulo Gala**. 2023. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/as-acoes-do-governo-chines-para-criar-o-incriveis-sucesso-de-shenzhen/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

GEROMEL, Ricardo. **O poder da China**. São Paulo: Gente, 2019.

JABBOUR, Elias. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos. Considerações iniciais sobre a "Nova Economia do Planejamento". **Geosul**, 17-42, 2020.

JABBOUR, Elias. **China**: Desenvolvimento e Socialismo de Mercado. Florianópolis: LABEUR, GCN, CFH, UFSC, 2020.

LANTAU. Shenzhen e seus mercados de produtos eletrônicos. **Lantau Business Answers**. 2023. Disponível em: <https://www.lantau.com.br/post/shenzhen-e-seus-mercados-de-produtos-eletr%C3%B4nicos>. Acesso em: 19 de Dezembro de 2023.

LEMONS, M. B. et al.. Capacitação tecnológica e Catching Up: o caso das regiões metropolitanas emergentes brasileiras. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, n. 1, p. 95–118, jan. 2006.

LIN, Y.; ZHANG, K.; SHEN, Z. J. M.; MIAO, L. Charging Network Planning for Electric Bus Cities: A Case Study of Shenzhen, China. **Sustainability**, p. 1-27, 2019.

LINDTNER, Silvia; GREENSPAN, Anna; LI, David. Designed in Shenzhen: Shanzhai Manufacturing and Maker Entrepreneurs. **Aarhus Series on Human Centered Computing**, 1(1), 12, 2015.

LINDTNER, Silvia. **Prototype Nation**: China and the contested promise of innovation. Princeton University Press, 2020.

MOREIRA, Wallace. O catch-up tecnológico da China: uma análise das empresas nacionais (indigenous companies) fabricantes de equipamentos de telecomunicações. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

MOTTA, Antônio Carlos Casulari Roxo da. A visão Keynesiana sobre decisão sob incerteza: a formação de convenções. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica** (São Paulo), São Paulo, v. 2, 2001.

RANGEL, Ignacio. "Elementos de Economia do Projeto". In: RANGEL, Ignacio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86–107, 2021.

RODRIGUEZ, Rodrigo Siqueira. A natureza da independência do banco central: antecedentes históricos e ascensão na era da financeirização. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 44, n. 3, p. e243575, 2024.